

Ao  
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Ref: Pregão Eletrônico 29/2020

**PROPOSTA COMERCIAL**

**LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o número 14.935.553/0001-40, com sede à Rua Araguaia, 265 – Sala 311 – Freguesia – Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada por seu sócio gerente Ricardo Lemos dos Santos, brasileiro, divorciado, portador da carteira e identidade nº 20.69672 expedida pelo CRA/RJ e CPF nº 927.769.145-04, apresenta sua proposta comercial para o pregão em referência nos seguintes termos:

Item	Descrição Detalhada	Quant	Valor unitário	Valor Total
1	Serviços de apoio administrativo na área de cerimonial, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência deste edital.	12	90.000,00	1.080.000,00

**Importa a presente proposta em R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais).**

Validade: 60 dias

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2020.



LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA  
Ricardo Lemos dos Santos  
Sócio Gerente

Ao

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Ref: Pregão Eletrônico 29/2020

### DECLARAÇÕES

**LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o número 14.935.553/0001-40, com sede à Rua Araguaia, 265 – Sala 311 – Freguesia – Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada por seu sócio gerente Ricardo Lemos dos Santos, brasileiro, divorciado, portador da carteira e identidade nº 20.69672 expedida pelo CRA/RJ e CPF nº 927.769.145-04, em atendimento ao item 4.1. letras “a” a “f”, **DECLARA**, sob as penas da Lei:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste ato convocatório e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;
- b) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d) Que a referida proposta foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa/SLTI nº 02/2009;
- e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Que cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e das regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2020.



LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA  
Ricardo Lemos dos Santos  
Sócio Gerente